PEDRO HENRIQUE QUITETE BARRETO

**CONSCIÊNCIA MORAL COMO SUPORTE FÁTICO DOS DEVERES
LATERAIS**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Dr. Alcides Tomasetti Júnior

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO - SP

2019

PEDRO HENRIQUE QUITETE BARRETO

**CONSCIÊNCIA MORAL COMO SUPORTE FÁTICO DOS DEVERES
LATERAIS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob orientação do Prof. Dr. Alcides Tomasetti Júnior.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO - SP

2019

Catálogo na Publicação
Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Barreto, Pedro Henrique Quitete

Consciência moral como suporte fático dos deveres laterais /
Pedro Henrique Quitete Barreto. -- São Paulo, 2019.

132 p. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São
Paulo, 2019.

Orientador: Alcides Tomasetti Júnior.

1. Consciência. 2. Sindérese. 3. Ato humano. 4. Fato jurídico. 5.
Obrigações. 6. Boa-fé. 7. Deveres laterais. 8. Violação positiva do
contrato. 9. Adimplemento insatisfatório. I. Tomasetti Júnior,
Alcides, orient. II. Título.

Resumo

BARRETO, Pedro Henrique Quitete. Consciência moral como suporte fático dos deveres laterais. 2019. 132 p. Grau (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Os chamados deveres laterais das relações jurídicas obrigacionais não estão expressamente previstos na legislação, e, ainda assim, não há mais quem lhes conteste a existência, a juridicidade ou a cogência sobre os figurantes das relações jurídicas obrigacionais. Mas se a letra da lei não os explicita, então qual o seu fundamento? A cláusula geral de boa-fé, a tutela da confiança nas relações humanas, o contato social e a redução dos custos de transação têm sido algumas das respostas apresentadas pela doutrina. Nenhuma delas, no entanto, é adequada ou suficiente para justificar o fenômeno dos deveres laterais. O objetivo desta dissertação é demonstrar, por meio do realismo filosófico-moral de SANTO TOMÁS DE AQUINO, conjugado ao modelo teórico da incidência da norma jurídica desenvolvido pela teoria do fato jurídico de PONTES DE MIRANDA, o genuíno fundamento de tais deveres: a consciência moral reta. Como os atos da vida civil são atos humanos, tudo que for verdade a respeito destes também o será a respeito daqueles, especialmente quanto à importância da lei natural e da consciência moral na determinação do fim do ato humano e dos meios próprios para atingi-lo. Em seu conceito tomasiano, a consciência moral não é um atributo que se tem, mas um ato; é o juízo prático moral que julga a bondade ou malícia das ações humanas. Por meio das virtudes da justiça, e, sobretudo, da prudência, é possível identificar a consciência reta, que, presente ou não na psiquê do agente, é a regra próxima e individual dos atos humanos. Tal consciência moral reta constitui o suporte fático dos deveres laterais: por meio da incidência do princípio geral da boa-fé torna-se a consciência moral reta fato jurídico *stricto sensu*, cujos efeitos são irradiados no plano da eficácia do mundo jurídico enquanto deveres laterais, de modo que os meios apresentados pela consciência moral reta sirvam à satisfação dos interesses de prestação do credor e dos interesses de proteção de todos os figurantes da relação jurídica obrigacional. Essa é a conclusão a que se chega ao examinar a relação jurídica obrigacional complexa, através de uma combinação da perspectiva da dogmática do direito privado com uma perspectiva filosófica, à luz da teoria de SANTO TOMÁS DE AQUINO a respeito do ato humano em todas as suas fases: intenção,

decisão (que abarca o silogismo prático e a consciência moral), deliberação e execução, em todas atuando, conjunta e simultaneamente, as potências intelectiva e volitiva.

Palavras-chave: Consciência, sindérese, ato humano, fato jurídico, obrigações, boa-fé, deveres laterais, violação positiva do contrato, adimplemento insatisfatório.

Abstract

BARRETO, Pedro Henrique Quitete. Moral conscience as factual support of fiduciary duties. 2019. 132 p. Degree (Master) - Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

The so-called fiduciary duties of legal obligational bonds are not expressly stated by written legislation, and yet there is no one nowadays who disputes their existence, legal character, or cogency for the parties of the obligational bond. However, since the legislation does not explicit them, what is their foundation then? The general good-faith provision, the protection of confidence in human relationships, the social contact and the reduction of transactional costs have been some of the answers provided by legal scholarship. None of them, however, is adequate or enough to justify the fiduciary duties phenomenon. The aim of this dissertation is to demonstrate, through SAINT THOMAS AQUINAS' moral-philosophical realism allied with the theoretical framework of legal norms incidence developed by PONTES DE MIRANDA in his theory of legal fact, the genuine foundation of fiduciary duties: righteous moral conscience. Since all acts of civil life are human acts, whatever is true about the latter must also be true about the former, especially for what regards the importance of natural law and moral conscience in determining the end of the human act and the proper means to achieve it. In a Thomasian concept, moral conscience is not an attribute that one has; it is a practical moral judgment that judges the goodness or meanness of human action. Through the virtue of justice and, mainly, the virtue of prudence, it is possible to identify the righteous conscience, which, present or not in the agent's psych, is the individual and closest rule of human act. Such righteous moral conscience constitutes the factual support of fiduciary duties. Through the incidence of the principle of good-faith, the righteous moral conscience becomes a *stricto sensu* legal fact whose effects are spread in the efficacy domain of legal world as fiduciary duties, so that, as means presented by the righteous moral conscience, they may serve to satisfy the creditor's interest in the performance and all parties' interest to protection. Such is the conclusion one arrives by examining the complex obligational bond, through a combination of the dogmatic perspective of private law with a philosophical perspective, in light of SAINT THOMAS AQUINAS' theory of human act in all of its phases: intention, decision (which encompass the practical syllogism and the moral conscience),

deliberation and execution, in which the intellective and volitive potencies act together and simultaneously.

Key-words: Conscience, synderesis, human act, legal fact, obligations, good faith, fiduciary duties, positive breach of contract, unsatisfactory performance.

Sumário

I. INTRODUÇÃO	8
II. DA SINDÉRESE COMO FONTE DA CAPACIDADE DE FATO E DELITUAL DAS PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS	10
III. DOS ATOS HUMANOS DAS PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS	24
III.1. Do intelecto e da vontade em relação ao ato humano	24
1) Do intelecto.....	24
2) Da vontade.....	29
3) Do livre arbítrio	34
4) Dos atos elícitos e imperados.....	36
5) Dos atos humanos	37
III.2. Do processo do ato humano	40
1) Da intenção	41
2) Da decisão.....	45
2.1) Do silogismo prático.....	46
2.2) Da consciência moral.....	49
3) Da deliberação	54
4) Da execução.....	57
III.3. Da retificação do ato humano pelas virtudes.....	58
IV. DOS DEVERES LATERAIS NAS RELAÇÕES JURÍDICAS OBRIGACIONAIS	66
IV.1. Da relação jurídica obrigacional	66
IV.2. Da violação positiva do contrato e do adimplemento insatisfatório	78
IV.3. Da relação jurídica obrigacional complexa e seus deveres laterais	81
IV.4. Das teorias a respeito da fonte dos deveres laterais	93
V. DA CONSCIÊNCIA MORAL COMO SUPORTE FÁTICO DOS DEVERES LATERAIS	109
VI. CONCLUSÃO	120
VII. BIBLIOGRAFIA	121

I. Introdução

A presente dissertação tem por objetivo analisar e justificar a existência dos deveres laterais presentes nas relações jurídicas obrigacionais - cujo intuito é a proteção dos interesses de prestação e proteção nelas presentes - pelo conceito de consciência moral desenvolvido por SANTO TOMÁS DE AQUINO. Tal se faz necessário diante da insuficiência das teorias correntes para justificar por que se pode exigir dos figurantes da relação jurídica o cumprimento de tais deveres, que, a princípio, não são impostos diretamente pelo ordenamento jurídico e não guardam fundamento legal explícito.

Busca-se aqui realizar uma análise, não obstante com o influxo do realismo filosófico-moral de SANTO TOMÁS DE AQUINO, que respeite aquilo que encontra validade universal na tradição jurídica, qual seja, o método da incidência da norma jurídica, pertencente à teoria do fato jurídico. Os ataques feitos ao método da incidência, realizados por vezes no contexto dos deveres laterais, não nos parece terem por fundamento a insuficiência de tal método, mas sim uma compreensão incompleta a respeito do mundo dos fatos, dos eventos da realidade sobre os quais a norma pode incidir.

Para justificar o fenômeno dos deveres laterais, buscamos analisar aquilo que compreendemos ser o seu suporte fático, qual seja, a consciência moral reta. Ao nosso ver, tal consciência reta, conceito do mundo dos fatos, sofreria a incidência do princípio geral da boa-fé, e uma vez traduzido em fato jurídico *stricto sensu*, produziria os efeitos correspondentes aos deveres laterais integrantes das relações jurídicas obrigacionais.

Para expor nossa posição, é necessário primeiramente apresentar todo o ferramental teórico necessário. No primeiro capítulo, apresenta-se o conceito de *sindérese*, consistente no aspecto material da capacidade de fato e delitual das pessoas naturais e jurídicas. Por meio da *sindérese*, uma vez detidas as plenas faculdades volitiva e intelectiva, as pessoas naturais e jurídicas estariam habilitadas a realizar atos propriamente humanos, dentre os quais estão os atos da vida civil.

Em seguida, é realizada uma análise dos atos humanos, considerando tanto a atuação conjunta e simultânea do intelecto e da vontade no seu desenrolar, como o processo que se estende da sua intenção até sua execução. Trata-se longamente tanto do papel da consciência moral, em conjunto com a lei natural, na determinação dos meios satisfatórios a

obter o fim intentado, como da retificação do ato humano - inclusa a consciência - pela virtude da justiça e - sobretudo - da prudência.

No próximo capítulo, faz-se uma análise da relação jurídica obrigacional em si mesma, considerando-se suas fontes, e da violação positiva do contrato e do adimplemento insatisfatório quando há, em tais relações, a frustração dos interesses de proteção e prestação. Segue, então, uma exposição dos deveres laterais como meios para satisfação de tais interesses diante da insuficiência dos outros deveres para tanto e, logo em seguida, foram tecidas críticas às teorias que atualmente buscam justificar a imposição de tais deveres aos figurantes das relações jurídicas, já se indicando que seu verdadeiro fundamento é a consciência moral reta.

Finalmente, no último capítulo, munido do ferramental teórico necessário, a consciência moral reta é exposta como suporte fático dos deveres laterais, unificando-se a análise jurídica dos deveres laterais com a teoria tomasiana do ato humano. Apresenta-se a consciência moral reta como o padrão de comportamento individual, não abstrato e independente da participação ou conhecimento do figurante, que integra a relação jurídica obrigacional em vista à satisfação tanto do interesse do credor como dos interesses de proteção dos seus figurantes, interesses que os deveres já presentes na relação jurídica obrigacional não podem satisfazer.

VI. Conclusão

A sindérese é o hábito natural que capacita o ser humano a agir de forma propriamente humana, racional, habilitando-o a apreender os primeiros preceitos da lei natural que regem a vida prática e a necessidade das virtudes da justiça e da prudência, que condicionam o seu exercício. Como o uso do hábito da sindérese demanda o pleno uso das faculdades intelectiva e volitiva, o direito procurou condicionar os atos da vida civil (que são atos da vida prática) às pessoas naturais e jurídicas que as detêm em plenitude.

Tais pessoas naturais e jurídicas, por deterem pleno uso das faculdades volitiva e intelectiva, podem realizar atos humanos, dentre os quais os atos da vida civil. Como todo ato humano, o ato da vida civil é realizado em vista a um fim e sob o domínio da vontade, não obstante sempre com a participação simultânea da inteligência. Para que a vontade que rege o ato humano seja reta, há de ser regulada pela virtude da justiça, cujo objeto é o direito. Assim, aqueles que figurarem em relações jurídicas obrigacionais deverão, por conta da virtude da justiça, intentar a satisfação dos interesses nelas presentes que são objeto de proteção pelo direito - os interesses de prestação e proteção.

Para que os interesses protegidos sejam satisfeitos, é necessário que os figurantes ajam de acordo com os meios satisfatórios para tanto, além dos já impostos pelo próprio direito. Por conta disso, os figurantes da relação jurídica obrigacional deverão atuar de acordo com os meios identificados por ato de uma faculdade intelectiva retificada pela virtude da prudência (que tem por objeto realização e a execução de boas escolhas, isto é, dos meios corretos para atingir determinado fim), no grau exigido pelo direito. Tais meios são, quando recepcionados pelo direito, denominados deveres laterais.

Esse ato nada mais é que a consciência reta, isto é, o juízo ou ditame prático da razão pelo qual se julga o que se deve fazer aqui e agora para obter um bem ou evitar um mal, devidamente retificada pelas partes potenciais da virtude da prudência, a *synesis*, para os casos ordinários, e a *gnome*, para os casos extraordinários, no grau exigido pelo direito. Sobre a consciência reta incide o princípio geral da boa-fé, tornando-a verdadeiro fato jurídico *stricto sensu*, cuja eficácia determina que os meios para a satisfação dos interesses de prestação e de proteção presentes na relação obrigacional se integrem a ela sob a forma de deveres laterais.

VII. Bibliografia

ALVIM, Agostinho, *Da inexecução das obrigações e suas consequências*, São Paulo, Saraiva, 1949.

ANSCOMBE, Gertrude Elizabeth Margaret, *Intention*, 2ª ed., Cambridge, Harvard University, 2000.

ANTUNES VARELA, João de Matos, *Das obrigações em geral*, vol. 1, 10ª ed., Coimbra, Almedina, 2000.

AQUINO, Santo Tomás de, *Quaestiones disputatae de veritate*, trad. esp. de A. M. GONZÁLEZ et al., *Cuestiones disputadas sobre la verdad I*, Pamplona, EUNSA, 2016.

AQUINO, Santo Tomás de, *Quaestiones disputatae de veritate*, trad. esp. de A. M. GONZÁLEZ et al., *Cuestiones disputadas sobre la verdad II*, Pamplona, EUNSA, 2016.

AQUINO, Santo Tomás de, *Scriptum super Sententiis*, trad. esp. dirigida por J. CRUZ CRUZ, *Comentario a las sentencias de Pedro Lombardo II/2: El arbitrio y el pecado*, Ed. Kindle, Pamplona, EUNSA, 2015.

AQUINO, Santo Tomás de, *Sententia libri Ethicorum*, trad. ing. de C. I. LITZINGER, *Commentary on Aristotle's Nicomachean Ethics*, Indiana, Dumb Ox, 2010.

AQUINO, Santo Tomás de, *Summa theologiae*, trad. esp. dirigida por F. VIEJO, *Suma Teológica I* (1964), Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2010.

AQUINO, Santo Tomás de, *Summa theologiae*, trad. esp. dirigida por F. VIEJO, *Suma Teológica III* (1959), Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2011.

AQUINO, Santo Tomás de, *Summa theologiae*, trad. esp. dirigida por F. VIEJO, *Suma Teológica IV* (1954), Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2012.

AQUINO, Santo Tomás de, *Summa theologiae*, trad. esp. dirigida por F. VIEJO, *Suma Teológica V* (1954), Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2012.

AQUINO, Santo Tomás de, *Summa theologiae*, trad. esp. dirigida por F. VIEJO, *Suma Teológica VI* (1956), Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2013.

AQUINO, Santo Tomás de, *Summa theologiae*, trad. esp. dirigida por F. VIEJO, *Suma Teológica VIII* (1956), Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2014.

AQUINO, Santo Tomás de, *Summa theologiae*, trad. esp. dirigida por F. VIEJO, *Suma Teológica X* (1955), Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2016.

ARMSTRONG, Ross A., *Primary and secondary precepts in Thomistic natural law teaching*, Hague, Martinus Nijhoff, 1966.

ASCARELLI, Tullio, *O contrato plurilateral*, in *Problemas das sociedades anônimas e direito comparado*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1969, pp. 255-312.

ÁVILA, Humberto, *Teoria dos princípios – Da definição à aplicação dos princípios jurídicos*, 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2006.

BENATTI, Francesco, *Osservazioni in tema di «doveri di protezione»*, in *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile* 3 (1960), pp. 1342-63.

BESSONE, Darcy, *Do contrato – Teoria geral*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1987.

BETTI, Emilio, *Teoria generale del negozio giuridico*, trad. esp. de A. M. PEREZ, *Teoria general del negocio jurídico*, Madrid, Revista de Derecho Privado, 1943.

BETTI, Emilio, *Teoria generale delle obbligazioni*, trad. esp. de J. MOZOS, *Teoria general de las obligaciones I*, Madrid, Revista de Derecho Privado, 1969.

BEVILÁQUA, Clóvis, *Direito das obrigações* (1940), 5ª ed., Rio de Janeiro, Rio, 1977.

BIANCA, Massimo, *La nozione di buona fede quale regola di comportamento contrattuale*, in *Rivista di diritto civile* 1 (1983), pp. 205-16.

BILLY, Dennis J., *Aquinas on the content of synderesis*, in *Studia moralia* 29 (1991), pp. 61-83.

BILLY, Dennis J., *Aquinas on the relations of prudence*, in *Studia Moralia* 33 (1995), pp. 235-63.

BROCHADO FERREIRA, Mariá A., *Consciência moral e consciência jurídica*, Belo Horizonte, Mandamentos, 2002.

CAETANO, Marcelo, *Manual de direito administrativo I*, Rio de Janeiro, Forense, 1970.

CAPITANT, Henri, *De la cause des obligations (contrats, engagements unilatéraux, legs)*, 3^a ed., Paris, Dalloz, 1927.

CARVALHO, Felipe Quintella Machado de, *A teoria das capacidades no direito brasileiro: De Teixeira de Freitas e Clovis Bevilacqua ao Estatuto da Pessoa com Deficiência*, in F. PEREIRA – L. MORAIS – M. LARA (org.), *A teoria das incapacidades e o estatuto da pessoa com deficiência*, Belo Horizonte, D'Plácido, 2016, pp. 13-34.

CAVALCOLI, Giovanni, *Autocoscienza e coscienza morale in S. Tommaso d'Aquino*, in L. GABBI – V. PETRUIO (org.), *Coscienza – Storia e percorsi di un concetto*, Roma, Donzelli, 2000, pp. 45-72.

COUTO E SILVA, Clóvis Veríssimo do, *O princípio da boa-fé no Direito brasileiro e português*, in V. FRADERA (org.), *O Direito Privado brasileiro na visão de Clóvis do Couto e Silva*, 2^a ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2014, pp. 31-55.

COUTO E SILVA, Clóvis Veríssimo do, *Obrigação como processo*, Rio de Janeiro, FGV, 2006.

COUTO E SILVA, Clóvis Veríssimo do, *Para uma história dos conceitos no direito civil e no direito processual civil*, in *Revista de processo* 37 (1985), pp. 237-70.

DECOCK, Wim, *Theologians and contract law – The moral transformation of the ius commune (ca. 1500-1650)*, Leiden, Martinus Nijhoff, 2013.

DELHAYE, Philippe, *La conscience morale du chrétien*, trad. esp. de A. ROS, *La conciencia moral del cristiano*, Barcelona, Herder, 1969.

DENZINGER, Henrici, e HÜNERMANN, Petrus, *Enchiridion symbolorum, definitionum et declarationum de rebus fidei et morum*, trad. port. de J. MARINO – J. KONINGS, *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*, São Paulo, Loyola, 2007.

DÍEZ-PICAZO, Luis, *Prólogo*, in F. WIEACKER, *El principio general de la buena fe*, Madrid, Civitas, 1977, pp. 9-23.

DOHERTY, Reginald G., *The judgments of conscience and prudence*, River Forest, Aquinas Library, 1961.

DONAGAN, Alan, *Thomas Aquinas in human action*, in N. KRETZMANN – A. KENNY - J. PINBORG (org.), *The Cambridge history of later medieval philosophy*, Cambridge, Cambridge University, 1982, pp. 642-54.

FABIAN, Christoph, *O dever de informar no direito civil*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2002.

FERREIRA DA SILVA, Jorge Cesa, *A boa-fé e a violação do contrato*, Rio de Janeiro, Renovar, 2007.

FERREIRA DA SILVA, Luis Renato, *Reciprocidade e contrato – A teoria da causa e sua aplicação nos contratos e nas relações “paracontratuais”*, Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2013.

FINNIS, John, e GRISEZ, Germain, *The basic principles of natural law: a reply to Ralph McInerny*, in *American Journal of Jurisprudence* 26 (1981), pp. 21-31.

FINNIS, John, *Natural law and natural rights* (1980), Oxford, Oxford University, 2011.

FORGIONI, Paula, *Contratos empresariais – Teoria geral e aplicação*, 3ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2018.

FRADA, Manuel António Carneiro da, *Contrato e deveres de proteção*, Coimbra, Almedina, 1994.

FRADA, Manuel António Carneiro da, *Teoria da confiança e responsabilidade civil* (2004), Coimbra, Almedina, 2007.

FRITZ, Karina Nunes, *O princípio da boa-fé objetiva e sua incidência na fase negocial: um estudo comparado com a doutrina alemã*, in *Revista forense* 395 (2008), pp. 173-208.

FURTON, Edward J., *Restoring the hierarchy of values to Thomistic natural law*, in *American Journal of Jurisprudence* 39 (1994), pp. 373-95.

GARNER, Bryan A., *Black's Law Dictionary*, 8ª ed., St. Paul, Thomson/West Group, 2004.

GARRIGOU-LAGRANGE, Reginald, *Du caractère métaphysique de la théologie morale de Saint Thomas*, in *Revue thomiste* 30 (1930), pp. 341-55.

GOMES, Orlando, *Obrigações*, 11ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1996.

GORDLEY, James, *Good faith in contract law in the medieval ius commune*, in R. ZIMMERMANN – S. WHITTAKER (orgs.), *Good faith in European contract law*, Cambridge, Cambridge University, 2000, pp. 93-117.

GREDT, Iosepho, *Elementa philosophiae aristotelico-thomisticae I*, 7ª ed., Friburgi Brisgoviae, Herder, 1937.

GRISEZ, Germain, BOYLE, Joseph, e FINNIS, John, *Practical principles, moral truth & ultimate ends*, in *American Journal of Jurisprudence* 32 (1987), pp. 99-151.

GRISEZ, Germain, *The first principle of practical reason: a commentary on the Summa Theologiae, 1-2, Question 94, Article 2*, in *Natural Law Forum* 10 (1965), pp. 168-201.

GRISEZ, Germain, *The first principle of practical reason: a commentary on the Summa Theologiae, 1-2, Question 94, Article 2*, trad. port. de J. LOPES, *O primeiro princípio da razão prática*, in *Direito GV* 6 (2007), pp. 179-217.

GRISEZ, Germain, *The way of the Lord Jesus I: Christian moral principles*, Chicago, Franciscan Herald, 1983.

GUIMARÃES, Octávio Moreira, *Da boa-fé no direito civil brasileiro*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1953.

HAICAL, Gustavo, *O inadimplemento pelo descumprimento exclusivo de dever lateral advindo da boa-fé objetiva*, in *Revista dos tribunais* 900 (2010), pp. 45-84.

HAICAL, Gustavo, *Os usos do tráfico como modelo jurídico e hermenêutico no Código Civil de 2002*, in *Revista de direito privado* 50 (2012), pp. 11- 47.

HOHFELD, Wesley Newcomb, *Fundamental legal conceptions as applied in judicial reasoning and other legal essays*, New Haven, Yale University, 1923.

JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antônio, *Insuficiências, deficiências e desatualização do projeto de código civil (atualmente código aprovado) na questão da boa-fé objetiva nos contratos*, in *Estudos e pareceres de direito privado*, São Paulo, Saraiva, 2004, pp. 148-158.

JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antônio, *Negócio jurídico – Existência, validade e eficácia*, 4ª ed., São Paulo, Saraiva, 2010.

JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antônio, *Negócio jurídico e declaração negocial*, Tese (Titularidade) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antônio, *O princípio da boa-fé nos contratos*, in *Revista CEJ* 9 (1999), pp. 40-4.

KENNEDY, Terence, *L'idea di coscienza morale secondo S. Tommaso d'Aquino*, in M. NALEPA – T. KENNEDY (org.), *La coscienza morale oggi – Omaggio al Prof. Domenico Capone*, Roma, Edacalf, 1987, pp. 145-75.

KENNY, Anthony, *Aquinas on mind*, London, Routledge, 1993.

LARENZ, Karl, *Allgemeiner Teil des deutschen bürgerlichen Rechts*, trad. esp. de M. IZQUIERDO – M. MACÍAS-PICAVEA, *Derecho civil – Parte general*, Madrid, Edersa, 1978.

LARENZ, Karl, *Lehrbuch des Schuldrechts*, trad. esp. de J. BRIZ, *Derecho de obligaciones I*, Madrid, Edersa, 1958.

LARENZ, Karl, *Methodenlehre der Rechtswissenschaft*, trad. port. de J. LAMEGO, *Metodologia da ciência do direito*, 7ª ed., Lisboa, Calouste Gulbenkian, 2014.

LIGÓRIO, Afonso Maria de, *Theologia moralis*, trad. port. de W. BOTTAZZINI, *Teologia moral – Tomo I – Da regra dos atos humanos*, Rio de Janeiro, CDB, 2017.

LLOBET I AGUADO, Josep, *El deber de información en la formación de los contratos*, Madrid, Marcial Pons, 1996.

LOBO, Jose Antonio, *El valor de la conciencia según Santo Tomás*, in *Estudios filosoficos* 62 (1974), pp. 385-407.

LOMBARDO, Luigi Scavo, *La buona fede nel diritto canonico*, Bologna, Il Mulino, 1995.

LOTTIN, Odon, *Psychologie et morale aux XII^e et XIII^e siècles II*, Louvain, Abbaye du Mont César, 1947.

LUMBRERAS, Pedro, *Conscientia recta venit prudentiae actus*, in *Doctor communis* 8 (1955), pp. 7-20.

LUMIA, Giuseppe, *Lineamenti di teoria e ideologia del diritto*, trad. port. de D. AGOSTINETTI, *Elementos de teoria e ideologia de direito*, São Paulo, Martins Fontes, 2003.

MADINIER, Gabriel, *La conscience morale* (1954), Paris, PUF, 1961.

MARTINS-COSTA, Judith, *A boa-fé no direito privado – Critérios para a sua aplicação*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2018.

MCCABE, Herbert, *On Aquinas*, London, Continuum, 2008.

MCINERNEY, Ralph, *Aquinas on human action – A theory of practice* (1992), Washington, The Catholic University of America, 2012.

MCINERNEY, Ralph, *Ethica thomistica – The moral philosophy of Thomas Aquinas*, Washington, The Catholic University of America, 1997.

MCINERNEY, Ralph, *The principles of natural law*, in *American Journal of Jurisprudence* 25 (1980), pp. 1-15.

MELLO, Marcos Bernardes de, *Teoria do fato jurídico – Plano da existência*, 15ª ed., São Paulo, Saraiva, 2008.

MELLO, Marcos Bernardes de, *Teoria do fato jurídico – Plano da validade*, 10ª ed., São Paulo, Saraiva, 2010.

MELLO, Marcos Bernardes de, *Teoria do fato jurídico – Plano da eficácia – 1ª parte*, 7ª ed., São Paulo, Saraiva, 2011.

MENEZES CORDEIRO, António Manuel da Rocha e, *Da boa-fé no direito civil*, Almedina, 2013.

MOTA PINTO, Carlos Alberto, *Cessão de contrato*, São Paulo, Saraiva, 1985.

MOZOS, José Luis de los, *El principio de la buena fe – Sus aplicaciones prácticas en el Derecho Civil Español*, Barcelona, Bosch, 1965.

MURPHY, Mark C., *Natural law and practical rationality*, Cambridge, Cambridge University, 2001.

NAVARRETE, Urbano, *La buena fe de las personas jurídicas en orden a la prescripción adquisitiva*, Roma, Università Gregoriana, 1959.

NOBLE, Henri-Dominique, *Le syllogisme moral*, in *Revue des sciences philosophiques et théologiques* 10 (1921), pp. 560-4.

O'CONNOR, Daniel J., *Aquinas and natural law*, London, Macmillan, 1967.

OSBORNE JR., Thomas M., *Human action in Thomas Aquinas, John Duns Scotus & William of Ockham*, Washington, The Catholic University of America, 2014.

PEINADOR, Navarro Antonius, *De iudicio conscientiae rectae*, Madrid, Cocala, 1941.

PENTEADO, Luciano de Camargo, *Doação com encargo e causa contratual*, 2ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2013.

PIEPER, Josef, *Traktat über die Klugheit*, trad. port. de N. SILVA – B. ASSUMPÇÃO, *Virtudes fundamentais*, Lisboa, Aster, 1960.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, *Sistema de ciência positiva do direito – Tomo I – Introdução à ciência do direito*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Borsoi, 1972.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, *Tratado de direito privado I – Parte geral – Introdução. Pessoas físicas e jurídicas*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2012.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, *Tratado de direito privado II – Parte geral – Bens. Fatos jurídicos*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2012.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, *Tratado de direito privado III – Parte geral – Negócios jurídicos. Representação. Conteúdo. Forma. Prova*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2012.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, *Tratado de direito privado IV – Parte geral – Validade. Nulidade. Anulabilidade*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2012.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, *Tratado de direito privado XXII – Parte especial – Direito das obrigações – Obrigações e suas espécies. Fontes e espécies de obrigações*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2012.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, *Tratado de direito privado XXIII – Parte especial – Direito das obrigações – Auto-regramento da vontade e lei. Alteração das relações jurídicas obrigacionais. Transferência de créditos. Assunção de dívida alheia. Transferência da posição subjetiva nos negócios jurídicos*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2012.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, *Tratado de direito privado XXV – Parte especial – Direito das obrigações – Extinção das dívidas e obrigações. Dação em soluto. Confusão. Remissão de dívidas. Novação. Transação. Outros modos de extinção*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2012.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, *Tratado de direito privado XXVI – Parte especial – Direito das obrigações – Consequências do inadimplemento. Exceções do contrato não adimplido, ou adimplido insatisfatoriamente, e de insegurança. Enriquecimento injustificado. Estipulação a favor de terceiro. Eficácia protectiva de terceiro. Mudanças de circunstâncias. Compromisso*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2012.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, *Tratado de direito privado XXXVIII – Parte especial – Direito das obrigações – Negócios jurídicos bilaterais e negócios jurídicos plurilaterais. Pressupostos. Vícios de direito. Vícios do objeto. Evicção. Redibição. Espécies de negócios jurídicos bilaterais e de negócios jurídicos plurilaterais*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2012.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, *Tratado de direito privado XLVII – Parte especial – Direito das obrigações – Contrato de locação de serviços. Contrato de trabalho*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2012

PORTER, Jean, *Nature as reason: a Thomistic theory of the natural law*, Cambridge, Eerdmans, 2005.

POTTS, Timothy C., *Conscience in medieval philosophy*, Cambridge, Cambridge University, 1980.

POUIVET, Roger, *Après Wittgenstein, Saint Thomas*, trad. ing. de M. SHERWIN, *After Wittgenstein, St. Thomas*, South Bend, St. Augustine's Press, 2006.

PRÜMMER, Dominicus M., *Manuale theologiae moralis I*, Friburgi Brisgoviae, Herder, 1953.

RHONHEIMER, Martin, *Die Perspektive der Moral: Grundlagen der philosophischen Ethik*, trad. esp. de J. MARDOMINGO, *La perspectiva de la moral: fundamentos de la ética filosófica*, 2ª ed., Madrid, Rialp, 2007

RHONHEIMER, Martin, *Natur als Grundlage der Moral*, trad. ing. de G. MALSARY, *Natural law and practical reason – A Thomist view of moral autonomy*, New York, Fordham University, 2000.

RIPERT, Georges, *La règle morale dans les obligations civiles*, trad. port. de O. OLIVEIRA, *A regra moral nas obrigações civis*, São Paulo, Saraiva, 1937.

RODRIGO, Lucius, *Praelectiones theologico-morales comillenses – Tomus III – Tractatus de conscientia morali I*, Santander, Sal Terrae, 1954.

ROPPO, Enzo, *Il contratto*, trad. port. de A. COIMBRA – M. GOMES, *O contrato*, Coimbra, Almedina, 2009.

ROPPO, Vincenzo, *Il contratto*, 2ª ed., Milano, Giuffrè, 2011.

RUBIO, Delia Matilde Ferreira, *La buena fe – El principio general en el derecho civil*, Madrid, Montecorvo, 1984.

RYLE, Gilbert, *The concept of mind* (1949), London, Routledge, 2009.

SACCO, Rodolfo, *La buona fede nella teoria dei fatti giuridici di diritto privato*, Torino, G. Giappichelli, 1949.

SERPA LOPES, Miguel Maria de, *Curso de direito civil – Volume II – Obrigações em geral*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1960.

SILVA PEREIRA, Caio Mário da, *Instituições de direito civil – Volume III – Fontes das obrigações*, 9ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1992.

SIMÃO, José Fernando, *Estatuto da pessoa com deficiência causa perplexidade: Parte II*, São Paulo, 2015, disponível in <https://www.conjur.com.br/2015-ago-07/jose-simao-estatuto-pessoa-deficiencia-traz-mudancas> [15-04-2018].

SORIA, Carlos, *Introducción a la cuestión 94: Da ley natural*, in F. VIEJO (org.), *Suma Teológica VI* (1956), Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2013, pp. 105-24.

SPICQ, Ceslas, *La conscience dans le Nouveau Testament*, in *Revue Biblique* 47 (1938), pp. 50-80.

STAUB, Hermann, *Die positiven Vertragsverletzungen*, trad. ital. de G. VARANESE, *Le violazioni positive del contratto*, Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 2001.

STEINER, Renata C., *Descumprimento contratual – Boa-fé e violação positiva do contrato*, São Paulo, Quartier Latin, 2014.

TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto, *Vocabulário jurídico II* (1883), Saraiva, São Paulo, 1983.

TENÓRIO, Oscar, *Lei de introdução ao código civil brasileiro*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Borsoi, 1955.

TOMASETTI JR., Alcides, in J. OLIVEIRA (org.), *Comentários à lei de locação de imóveis urbanos (Lei n. 8.245, de 18 de outubro de 1991)*, São Paulo, Saraiva, 1992, pp. 2-172.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo, *Informação assimétrica, custos de transação, princípio da boa-fé*, Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

UDA, Giovanni Maria, *Integrazione del contratto, solidarietà sociale e corrispettività delle prestazioni*, in *Rivista del diritto commerciale* 1 (1990), pp. 301-41.

UDA, Giovanni Maria, *La buona fede nell'esecuzione del contratto*, Torino, G. Giappichelli, 2004.

URDÁNOZ, Teófilo, *Introducción a la cuestión 51: Génesis y formación de los hábitos*, in F. VIEJO (org.), *Suma Teológica V* (1954), Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2012, pp. 73-82.

URDÁNOZ, Teófilo, *Introducción a las cuestiones 16-17: Del uso y del imperio*, in F. VIEJO (org.), *Suma Teológica IV* (1954), Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2012, pp. 426-35.

URDÁNOZ, Teófilo, *La conciencia moral en Santo Tomás y los sistemas morales*, in *La ciencia tomista* 245 (1952), pp. 529-76.

VÁZQUEZ, Stella Maris, *Ultimo juicio práctico y dictamen de conciencia en Santo Tomás de Aquino*, in *Angelicum* 82 (2005), pp. 619-35.

WESTBERG, Daniel, *Right practical reason – Aristotle, action, and prudence in Aquinas*, Oxford, Clarendon, 1994.

WIEACKER, Franz, *Zur rechtstheoretischen Präzisierung des § 242 BGB*, trad. esp. de J. L. CARRO, *El principio general de la buena fe*, Madrid, Civitas, 1977.

ZALBA, Marcellino, *Theologia moralis summa I*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1952.

ZIMMERMANN, Reinhard, *Remedies for non-performance, viewed against the background of the principles of European contract law*, in *The new German law of obligations – Historical and comparative perspectives*, Oxford, Oxford University, 2005, pp. 39-78.

ZIMMERMANN, Reinhard, *The law of obligations – Roman foundations of the Civilian Tradition*, Oxford, Oxford University, 1996.

ZIZAK, Giovanni, *La coscienza nel diritto*, Milano, Giuffrè, 1954.